

Clipping n º 800

, 24 Maio 2011 - 11:57:24

PETR ÓLEO I Para conter a alta no preço dos combustíveis que vem assolando os norte-americanos, o presidente Barack Obama apresentou medidas que podem provocar protestos de grupos ambientais e empresas de energias renováveis. No último final de semana, o presidente norte-americano anunciou novos planos para estimular a produção de petróleo nos Estados Unidos.

PETR ÓLEO II Obama afirmou que a administração deve estabelecer meios para acelerar a permissão da extração de petróleo, lançando leilões anuais de arrendamento para a Reserva Nacional de Petróleo do Alasca e para o Golfo do México. Além disso, o governo pretende criar novos incentivos para encorajar as petrolíferas a explorarem locais já arrendados por elas.

PETR ÓLEO III O presidente garantiu que a Casa Branca vai apressar uma análise sobre o impacto da exploração de petróleo na costa atlântica. Estou dirigindo o Departamento do Interior para conduzir as vendas anuais de arrendamentos na Reserva Nacional de Petróleo no Alasca, respeitando os pontos sensíveis, e acelerar a avaliação de reservas de petróleo e gás no meio do e no Sul do Atlântico, afirmou ele em um discurso.

PETR ÓLEO IV De certa forma, a decisão pode ser considerada uma vitória dos republicanos, que vêm pressionando o governo para aumentar a produção de petróleo nos Estados Unidos para combater a alta nos preços dos combustíveis. Recentemente, a oposição apresentou três novos projetos de lei para gerar um afrouxamento na regulamentação da extração de petróleo. Fonte: CarbonoBrasil

Plural mantém primeira posição no Ranking do Prêmio Fernando Pini no segmento de rotativas

A Plural continua em posições de grande destaque no Ranking do Prêmio de Excelência Gráfica Fernando Pini 1991 - 2010: 1º lugar no segmento Rotativa e 2º lugar no segmento Jornais.

As pontuações foram publicadas na revista ABIGRAF, edição 251, janeiro/fevereiro de 2011, confirmando a liderança da Plural entre as gráficas nacionais de rotativas offset.

Na categoria de Rotativas a Plural é a número 1, com diferença superior na pontuação de 37,5% em relação ao segundo colocado. No ano passado esta diferença era de 28% em relação ao mesmo concorrente, o que significa que cada vez mais a Plural está à frente em seu segmento e reconhecida pelo Oscar da indústria gráfica nacional,

No ranking geral do Prêmio Fernando Pini, que reúne 180 empresas classificadas, a Plural está em 10º lugar, com 16 troféus. Em 2010, a Plural foi destaque por ser a gráfica com maior número de produtos finalistas nas categorias de rotativas offset, tendo conquistado 3 troféus na premiação.

Critérios utilizados na pontuação do ranking

Foram computados 10 pontos para cada primeiro lugar conquistado desde a primeira edição do prêmio, em 1991. As menções honrosas, critério válido até 1997 e, depois, os segundo e terceiros lugares, que vigoraram até 2000, receberam 5 pontos

cada. Os finalistas, na formatação elaborada a partir de 2011, somam 5 pontos, excetuando as empresas vencedoras, que recebem os 10 pontos. Fonte: Plural

SP: sindicato repudia mordida em jornalistas nas redes sociais

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo emitiu uma nota, na última quarta-feira (18), em que repudia a adoção de manuais e guias com diretrizes para o uso das redes sociais por jornalistas. Segundo a entidade, estes guias servem para cercear a liberdade de expressão dos jornalistas no uso das redes sociais.

"O Sindicato acredita que decisões como estas não coadunam com os discursos liberais dos empresários de comunicação, que se consideram os detentores da liberdade de expressão, mas que na prática amordaçam seus profissionais", declara a nota publicada no site.

Foram citados casos recentes, em que jornalistas foram demitidos ou punidos por declarações feitas em redes sociais. Um desses casos é o do jornalista Alec Duarte, da Folha de S.Paulo, e de Carolina Rocha, do Agora SP. Os dois foram demitidos por postar comentários no Twitter.

Os tuites criticavam os procedimentos realizados pelos veículos durante a cobertura do falecimento de José Alencar. Outra demissão foi a de Felipe Milanez editor da revista National Geographic, ligado ao grupo da editora Abril. Milanez ganhou a rua por criticar uma matéria da revista Veja, ligada à Abril.

UOL, Globo e Folha de S.Paulo adotaram manuais que regulamentam o uso institucional das redes sociais. Algumas das orientações passadas são: evitar posições partidárias e políticas, não antecipar o conteúdo de reportagens que serão publicadas, e não fazer declarações sobre os bastidores das redações.

Meios de comunicação internacionais também criaram sua própria legislação como a Reuters, Associated Press, Wall Street Journal, New York Times, Washington Post, ESPN e Bloomberg. O manual com melhores práticas para jornalistas em redes sociais pode ser baixado no site da Asne, associação nacional de editores de notícias dos EUA.

Sem contrapartida

Guto Camargo, presidente do sindicato, explica o posicionamento da entidade contra os manuais para as redes.

"Hoje, com o forte impacto que a internet tem, as empresas obrigam os jornalistas a produzir conteúdo para a internet. Com isso, a empresa agrega valor e prestígio para seu veículo, mas não há contrapartida financeira para o jornalista", explica. "Agora querem regular a priori o que é publicado nas redes".

Com a internet, o controle da informação ficou mais difícil, pois não necessariamente passa pelo crivo editorial dos veículos, como sempre aconteceu com os impressos. Para Camargo, a intenção desses manuais é controlar a informação.

"A internet abriu um novo flanco, onde o jornalista pode escrever algo sem o crivo da empresa, podendo publicar algo que o jornal não publicou. Hoje ele pode divulgar informações que o jornal se recusaria por meio destas novas tecnologias. Os manuais impedem a possibilidade do jornalista de divulgar de forma independente", diz.

Ele reitera que a responsabilidade por possíveis transgressões na prática jornalística não deve ser transferida para a empresa, mas sempre ser balizada pelo Código de Ética. "Todo jornalista deve seguir o Código de Ética e estar ciente que tem responsabilidade pelo que publica. Tem que se pautar pelos parâmetros éticos. Isso a sociedade e o leitor pode, e deve, cobrar".

Camargo diz não concordar com a dinâmica e sua eficácia no combate às infrações. "Primeiro, deve-se responsabilizar devidamente quem publica e punir a transgressão se for necessário. O direito de liberdade do jornalista implica no dever de arcar com as consequências do que divulgar. Isto é uma prerrogativa do jornalista, e não da empresa." (Fonte: Portal Imprensa)

Ipea: apenas 29% dos trabalhadores domésticos têm carteira assinada

Dos 7,2 milhões de empregados domésticos brasileiros, apenas 29% contam com carteira assinada. Para os trabalhadores em geral, o índice chega a 70%.

Os dados foram apresentados pelo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, durante o seminário "O futuro do emprego doméstico no Brasil", realizado na última quarta-feira (18), na Câmara.

Na opinião do presidente do Ipea, a única forma viável de aumentar a formalização do trabalhador doméstico é prever sua contratação por meio de empresas.

Segundo o especialista, essa mudança é necessária porque a ocupação não tem a especificidade de ser realizada dentro dos domicílios, que "ainda se revestem de uma cultura que se origina na colônia, nas relações autoritárias de patriarcalismo, mantida até os dias atuais".

Direitos negados

Ter a carteira assinada também não garante aos empregados domésticos todos os direitos trabalhistas.

Conforme destacou a ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Delaíde Alves Miranda Arantes, o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por exemplo, é opcional para a categoria. "Essa é a única lei de que tenho conhecimento no mundo de aplicação optativa", ressaltou.

O coordenador-geral de Políticas Sociais da Secretaria de Políticas Especiais do Ministério da Fazenda, Arnaldo Barbosa, disse, por sua vez, que a ampliação dos direitos trabalhistas pode resultar em demissões.

De acordo com o especialista, um aumento de R\$ 55 nos custos do empregador reduziria a demanda por trabalhadores domésticos em 9,41%.

Na concepção do presidente do Instituto Doméstica Legal, Mario Avelino, a aprovação de cinco projetos de lei já votados no Senado e em análise na Câmara - PLs 6.465/09, 6.707/09, 7.082/10, 7.156/10 e 7.279/10 - pode levar à formalização de cinco milhões de trabalhadores domésticos em apenas em 120 dias.

De acordo com Avelino, uma das propostas mais importantes é o PL 7082/10, que prevê a redução das contribuições para o INSS tanto para empregadores quanto para empregados. Para o patrão, a contribuição passaria de 12% a 6%, e para o funcionário, de 20% a 12%.

Remuneração

A média de remuneração dos domésticos também encontra-se abaixo do salário mínimo, segundo Pochmann. Em 2009, últimos dados disponíveis, a média salarial da categoria foi de R\$ 386,45, quando o mínimo era de R\$ 475.

A desigualdade racial é expressiva nesse grupo de trabalhadores. Segundo o presidente do Ipea, em 2009, enquanto as trabalhadoras brancas recebiam, em média, R\$ 421, às negras eram pagos R\$ 365, na média.

O presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Dr. Paulo César (PR-RJ), disse ainda que é preciso incluir o trabalhador doméstico na luta pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

O deputado Luciano Moreira (PMDB-BA) ressaltou que outra característica do trabalho doméstico é a prevalência absoluta de mulheres (são 93% do total).

Tendências

A principal tendência do setor, segundo os especialistas, é o crescimento do número de diaristas, que já respondem por um terço dos trabalhadores domésticos.

Se por um lado essa mudança é positiva, uma vez que esse tipo de empregado tem mais autonomia e melhores rendimentos - cerca de quatro vezes mais que o dos domésticos -, por outro há em consequência um aumento da informalidade.

Os participantes do seminário afirmaram acreditar que, no futuro próximo, esse tipo de trabalho será mais valorizado. Conforme lembrou o presidente da Comissão de Legislação Participativa, deputado Vitor Paulo (PRB-RJ), a escassez crescente de mão de obra vai valorizar esse profissional.

Já o secretário-executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Mário Lisboa Theodoro, ressaltou que a melhoria das políticas educacionais proporciona aos jovens melhores oportunidades de emprego. (Fonte: Agência Câmara)

Jorge Caetano Fermino